

Viver na graça

Os Algarvios... «vivem da graça que só a raros sítios do mundo a Natureza concedeu. Os caminhos não têm abismos, não há fragas estéreis e agressivas, não se vê outra neve a não ser a das corolas abertas, e as faíscas do mar são lúcidas como as da terra...».

MIGUEL TORGA
in «Portugal»



QUINZENÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

ANO XXII (Preço avulso 3\$50)	5-5-76 N.º 584	Delegação em Lisboa R. Passos Manuel, 102-5.º-Dt. Telef. 56 27 59	Composto e Impresso GRÁFICA EDITORA Av. João Ferreira da Maia, 20 Telef. 92091 RIO MAIOR	DIRECTOR E PROPRIETARIO José Maria da Piedade Barros	Redacção e Administração GRÁFICA LOULETANA Rua da Carreira Telef. 6 25 36 LOULE
----------------------------------	-------------------	---	--	---	---

VITÓRIA do Partido Socialista

Além de lógica, era desejável a vitória do P.S. nas eleições de 1976, porque fica assim assegurado um certo equilíbrio de forças e também asseguradas para Portugal a Liberdade e a Democracia.

Esta a grande e indiscutível vitória do Povo Português.

As palavras Liberdade e Democracia têm tantas interpretações que já é difícil distinguir quando é que se promete a um Povo poder sair do seu País quando quiser e lhe apetece e quando é que a esse mesmo Povo se promete a «Liberdade» de não sair de um cárcere.

Por outro lado, os mais ferozes inimigos da Democracia são exactamente os que se apregoam como os mais intransigentes defensores da Democracia... precisamente para perturbar os espíritos menos esclarecidos e «levarem a água para o seu moinho».

Felizmente que uma esmagadora maioria do Povo Português já percebeu a política aventureirista de certos partidos e votou principalmente naqueles cuja política lhes pode proporcionar para já (e não daqui a 50 anos) aquela prosperidade

(continua na pág. 6)

O ENSINO ESTÁ NO CAOS

Antes do 25 de Abril eram frequentes as censuras à forma como se processava o ensino em Portugal.

Logo após o 25 de Abril foram tão ferozes as críticas que era fácil de concluir que tudo teria de ser mudado.

Os professores não ensinavam, os alunos não estudavam, as escolas eram péssimas e insuficientes, os métodos de ensino não prestavam.

Tudo isto era verdade.

Os portugueses rejubilavam com as críticas porque pensavam que, agora sim, íamos ter boas escolas, bons professores,

(continua na pág. 6)

O ALGARVE VOTOU NA VIA SOCIALISTA

Dois anos após a vitória do movimento militar de 25 de Abril de 1974, o povo português foi, pela segunda vez, chamado às urnas, desta feita para eleger os deputados à Assembleia da República, os quais, nos termos da Constituição Política, exercerão as suas funções durante os próximos quatro anos.

Depois de uma campanha eleitoral que somou mais de dez mil comícios e sessões de esclarecimento, o eleitorado apresentou-se para exercer o seu direito de voto em todo o País — e fê-lo ordeiramente, com serenidade e civismo, em mais uma autêntica jornada de vivência da liberdade

e da democracia. Na verdade, nenhum incidente grave maculou, de norte a sul de Portugal, essa festa de vontade colectiva que foram as eleições realizadas no dia 25 de Abril. E assim demos mais uma lição àqueles que teimam em repetir que «ainda não estamos preparados» para viver em democracia.

Também no Algarve foi de absoluta tranquilidade o ambiente que reinou nas 473 secções de voto espalhadas pela Província, onde se recensearam mais de 236 mil eleitores, incluindo os retornados que aqui fizeram residência. Apenas a P. S. P. de Faro teve de prender um militante do PRP que colava (perto duma secção de voto) cartazes que incitavam à abstenção e ao voto nulo (o que era contrário à lei). Foi o único «senão» no ambiente de concórdia em que os Algarvios exerceram o seu direito de voto.

Registou-se no Algarve, todavia, uma forte abstenção do eleitorado (19,52%), pois que dos 236 843 eleitores recenseados apenas votaram 191 036 — o que demonstra, talvez, que muitas pessoas estão desiludidas com a política.

Foram os seguintes os 9 deputados eleitos pelo Círculo de Faro: do Partido Socialista: Luís Filipe Madeira, Pedro Coelho,

(continua na pág. 7)

«Maioria de Esquerda»?

DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS

Enquanto se fala em «maioria de esquerda» e se discute sobre as hipóteses do próximo Governo, vejamos como ficou a distribuição final dos deputados que irão integrar a primeira Assembleia da República:

Partido Socialista: 106 deputados; Partido Popular Democrático, 71 deputados; Centro Democrático Social, 41 deputados; Partido Comunista Português, 40 deputados; e União Democrática Popular, 1 deputado.

Na altura em que escrevemos estas palavras desconhecemos ainda os resultados da votação dos emigrantes.

De notar a subida vertiginosa do CDS (que ganhou 25 deputados relativamente às eleições de 1975) e o aumento do PCP (mais 10 deputados).

Põe-se agora a questão: Se o PS quer governar sozinho, embora minoritário, vai ou não haver «maioria de esquerda»? Em breve se saberá (ou não?).

R. F.

D. Pedro Hotel

O concelho de Loulé tem mais um hotel

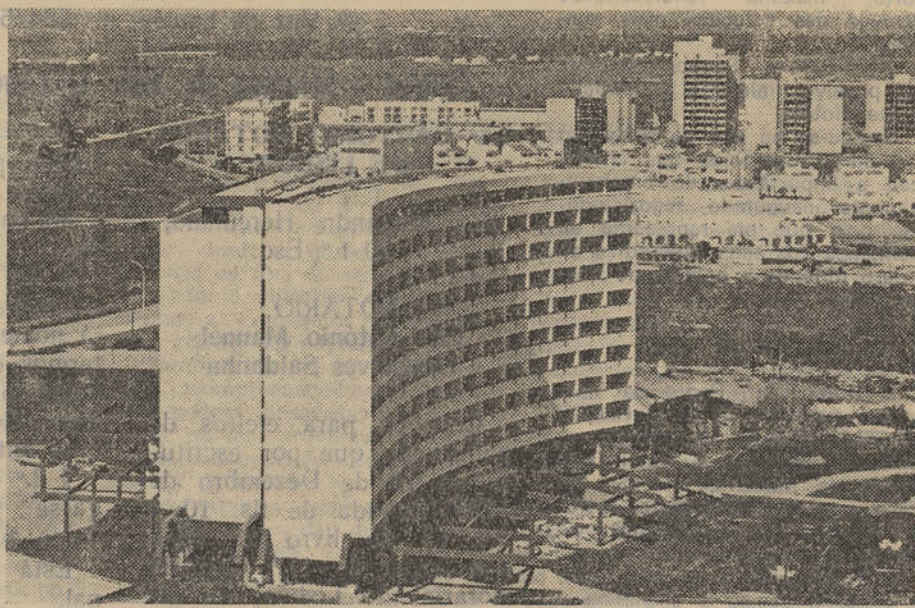
Como consequência dos acontecimentos resultantes do 25 de Abril, o turismo no Algarve hibernou durante 2 longos anos.

Surtem agora os primeiros sintomas de que vai despertar para uma nova vida.

Regozijamo-nos.

E dizemo-lo corajosamente, sem medo que nos acusem de que, defendendo o turismo, contribuímos para a sua

(continua na pág. 2)



EM PRIMEIRO PLANO: UM ASPECTO DO D. PEDRO HOTEL

O DR. LUÍS MADEIRA EM VISITA DE TRABALHO AO ALGARVE

(Ler página interior)

Os alemães continuam A INTERESSAR-SE PELO ALGARVE

Apesar de uma certa instabilidade política ainda notória no nosso País, a verdade é que o Algarve continua a despertar as atenções daqueles que reconhecem a nossa província como lugar ideal para férias.

Provam-na mais uma vez a vinda à nossa província de um grupo de deputados alemães, que se fizeram acompanhar de operadores de turismo e jornalistas

de importantes jornais dos mais notáveis pela objectividade e seriedade de informação.

Este grupo de estudo era acompanhado pelo sr. eng. José Luís de Moura, director da Casa de Portugal em Frankfurt e antigo presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve e que colaborou na Conferência de imprensa que há dias se realizou

(continua na pág. 7)

A DROGA (também) É LIVRE

nas Escolas de Loulé?

UM ALERTA QUE É PRECISO ESCUTAR

(LER NA ÚLTIMA PÁGINA)

O DIREITO DE PROPRIEDADE E O ESTADO

3 — O direito de intervenção directa do Estado

(continuação do n.º anterior)

De notar porém que dizemos regulação do uso dos bens de acordo com o bem comum. De facto, quanto ao uso dos bens, está fora de dúvida que o Estado

tem o direito de intervir em nome do bem comum (*). Mas fica também fora de qualquer dúvida que o domínio particular da propriedade não se opõe, como tal, à sua utilidade comum, pelo que

(continua na pág. 7)

Imprensa Regional

O nosso estimado colega «O Algarve», que se publica em Faro, sob a direcção do sr. Arthur Serrão e Silva, completou recentemente 68 anos de existência. Pela passagem da significativa efeméride, apresentamos ao director daquele semanário e a todos quantos nele colaboram os nossos sinceros parabéns.

Também o semanário «Jornal do Algarve», que se publica em Vila Real de Santo António, sob a direcção do sr. António Barão e cuja redacção é chefiada pelo sr. José Manuel Pereira, completou há dias 20 anos de publicação. Desejamos prosperidades ao «aniversariante» e a quantos nele colaboram.

D. PEDRO HOTEL

O Concelho de Loulé tem mais um hotel

(continuação da pág. 1)

remos para a «prostituição do povo português». Afirmações desta natureza, só servem para que nos possamos rir de quem as pronunciou... pateticamente.

É que, não aproveitar esta maravilhosa região do sul como centro de turismo, revelaria tamanha cretinice como construir uma casa em cima duma mina de ouro só para que ninguém aproveitasse a riqueza.

Porque a verdade é que, ao contrário do que apregoa a demagogia barata, só o turismo pode proporcionar aos algarvios (e não só) um nível de vida que todos desejamos seja mais elevado.

O que é preciso é saber criar estruturas e pô-las a funcionar de tal forma que todos beneficiem duma equitativa distribuição de riqueza.

... Ou será que há por aí alguém interessado em repartir a miséria e a fome?

VILAMOURA VALORIZA-SE

Com a inauguração do Hotel D. Pedro, o complexo turístico de Vilamoura fica consideravelmente enriquecido com uma unidade hoteleira que é de nível sem ser de luxo e cuja capacidade muito poderá contribuir para que aumentem o número de turistas que desejem visitar-nos para aproveitar o Algarve como estância de turismo à beira-mar ou simplesmente para repouso.

O novo hotel foi inaugurado no passado dia 15 pelo Ministro do Comércio Externo e Turismo, Dr. Jorge Campinos, e Dr. Luís Madeira, subsecretário de Estado de Turismo e com a presença de muitas outras individualidades.

Pode dizer-se que, inaugurado em véspera de eleições, este hotel é testemunho da confiança que os estrangeiros já vão tendo em que Portugal caminhará para um regime verdadeiramente democrático, onde a propriedade privada será respeitada e também o humano direito de cada cidadão visitar ou viver no país que lhe apetece.

Foi esta a ideia geral que colhemos das palavras proferidas do acto inaugural pelo administrador da empresa do D. Pedro Hotel que salientou a força estimulante e encorajadora do Dr. Jorge Campinos, cuja intensa actividade está realçando o turismo do Algarve a nível mundial.

O Administrador do novo hotel disse ainda:

«1976 significa, em termos gerais, meio século de experiência do sector turístico. A entrada do último quartel do século XX, o turismo é já, incontestavelmente, o seu mais relevante acontecimento económico. Os 213 milhões de pessoas que viajaram em 1975 dizem bem da sua força.

«Explosão turística» e «democratização do turismo» não são apenas neologismos de um novo dicionário. São, sim, realidades que imprimem ao turismo uma outra dimensão e lhe modelam uma nova face.

Porque se situa no Algarve, ele tem de ser um Hotel para esta Zona e portanto ter em conta as suas específicas condições climáticas que permitem praticar ao longo de todo o ano um turismo de céu aberto.

O Hotel integra-se no maior e mais completo empreendimento turístico privado da Europa — Vilamoura. Goza, pois, de tudo quanto Vilamoura oferece: dois dos melhores campos de golfe do mundo, ténis, cavalos, casino, marina, e todos os desportos náuticos, restaurantes, bares, actividades culturais e recreativas, etc., enfim, diremos que nenhum

dos canais por onde passa o turismo deixou de irrigar este magnífico empreendimento turístico. O Hotel vive, pois, debruçado sobre o exterior. É lá que se encontra tudo quanto atrai e retém o turista nesta zona.

Pensamos ter trilhado um caminho certo — o único que nos parece ir ao encontro daquilo que constitui hoje a preocupação n.º 1 de todos quantos, em qualquer parte, têm responsabilidades no sector turístico — a rentabilidade dos investimentos e a funcionalidade dos equipamentos.

A inauguração oficial deste hotel pareceu-me oportuna no momento que passa. Não nasci em Portugal, mas pátria é também o País que se escolhe para viver. Devo já a este país alguns dos mais belos momentos da minha vida. E por isso tenho para com ele uma dívida de gratidão que procurarei pagar com a lealdade e entusiasmo do meu trabalho. Não preciso de fazer afirmações de fé no futuro turístico deste País. Este Hotel é a minha afirmação.

É também a resposta frontal a todos quantos, especialmente no estrangeiro, por ignorância ou má fé, apostaram no descalabro deste País ou puseram em dúvida a nossa capacidade de realização.

Turismo é hoje uma indústria. E daí que só em termos industriais tenha que ser pensado, e estes exigem revisão do tipo de Hotel, da localização, do espaço que ocupa, dos serviços que presta, dos preços que pratica, da clientela a que se destina.

O Hotel Dom Pedro de Vilamoura pretendeu responder já a todas estas preocupações. Simplicidade na sua concepção, eliminação de tudo quanto desnecessariamente empolasse os custos sem nada acrescentar ao conforto, máxima funcionalidade através das soluções mais simples.

E só assim, Senhor Ministro, foi possível, iniciar a construção deste Hotel.

Seguiu-se no uso da palavra o Dr. Jorge Campinos que enalteceu a importância do empreendimento inaugurado, regozijando-se pelo que ele representa de confiança dos seus executores no futuro turístico e político do nosso país.

x x x

O Hotel Dom Pedro de Vilamoura pertence ao DOM PEDRO HOTELS GROUP, do qual fazem parte em Portugal o Hotel Dom Pedro da Madeira, o Hotel do Faial e mais recentemente, o Hotel Dom Pedro — Vermar, na Póvoa de Varzim.

O Hotel está localizado entre a praia, o casino e a marina e próximo do Campo de Golfe N.º 2.

É um Hotel de 4 estrelas, com 261 quartos (incluindo nove suites) e uma capacidade de 550 camas, equipado com piscinas, campos de ténis, salas de jogos e conferências, Health Club, restaurante, snack-bar e bar-esplanada, cabeleireiro e boutique e jardins.

Ocupa uma área total de 25 000 m2 sendo a sua área coberta de 16 000 m2.

O seu projecto é da autoria do arquitecto italiano Franco Bartocchini, tendo a sua construção sido acompanhada pelo engenheiro português Eurico Antunes.

A construção do Hotel iniciou-se em Outubro de 1973.

Durante cerca de 2 anos trabalharam na construção deste Hotel 80 trabalhadores portugueses em média por dia tendo nos períodos de ponta alcançado os 400 trabalhadores portugueses por dia.

O Algarve está, pois, de parabéns, por poder contar com mais uma magnífica unidade hoteleira.

Empreitada de Obras de remodelação da agência da Caixa Geral de Depósitos em Loulé

Faz-se público que às 15 horas do dia 27 de Maio de 1976 se procederá, na sede da Caixa Geral de Depósitos, Largo do Calhariz, em Lisboa, ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

Depósito provisório — 80 000\$00

Os concorrentes deverão estar inscritos como empreiteiros de obras públicas na I categoria ou na 1.ª subcategoria da I categoria e na classe correspondente ao valor da proposta, estabelecidas pelo Regulamento do Decreto-Lei n.º 40 623 de 30/5/1956 e pela Portaria n.º 351/71 de 30/6/71, pelo Decreto n.º 10 de 14/1/75 e pela Portaria n.º 17 de 10/1/75.

As propostas devem ser enviadas pelo correio, sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo, ao Serviço do Património, Largo do Calhariz, em Lisboa 2, por forma a serem recebidas até às 16 horas do dia anterior ao do concurso.

O programa do concurso, bem como todas as peças escritas e desenhadas relativas à empreitada, encontram-se patentes na Direcção dos Serviços de Obras no 3.º andar do Edifício Sobral ao Largo do Calhariz, em Lisboa 2 e na Agência de Loulé, nas horas normais do expediente.

Faz mal o filho que mente a seus pais, quando rapaz, e é já tarde quando sente o mal que a si próprio faz.

ALEIXO

«A Voz de Loulé», n.º 584/5-5-1976

CLONA - Mineira de Sais Alcalinos, S. A. R. L.

17.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

Rua Alexandre Herculano, 29-1.º, Esq.º

NOTÁRIO,
Lic. António Manuel Gonçalves Saldanha

Certifico para efeitos de publicação que por escritura de 16 de Dezembro de 1975, lavrada de fls. 10 a fls. 12 do livro n.º 88-I, das notas do 17.º Cartório Notarial de Lisboa, foi alterado o pacto da sociedade em epígrafe no tocante aos art.ºs 9.º e 10.º que passaram a ter a redacção seguinte:

9.º — A administração de todos os negócios sociais e a representação da sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente será exercida por um único administrador.

§ único — O administrador único será eleito de entre os accionistas pela assembleia geral por períodos de 3 anos, podendo ser reconduzido uma ou mais vezes. Findo o respectivo mandato, o Administrador deverá conservar-se no exercício do seu cargo até que o novo administrador seja eleito ou investido.

(São eliminados os parágrafos 2.º e 3.º deste artigo).

«A Voz de Loulé», n.º 584/5-5-1976 «QUIDERSUL-Química e Derivados do Sul, Comércio e Indústria, Lda.»

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 21 do mês corrente, lavrada de fls. 141 a 142, v.º do livro n.º B-87, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Serafim da Palma Rodrigues e Carlos Manuel Brito Lopes, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a denominação de «Quidersul — Química e Derivados do Sul, Comércio e Indústria, Limitada», tem a sua sede no sítio de Vale de Éguas, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

Segundo — O seu objecto consiste no exercício da indústria de fabrico manual e embalagem de lexívia e seus derivados, podendo, no entanto, explorar qualquer outro ramo de negócio, em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

Terceiro — O capital social, integralmente realizado

em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é do montante de duzentos mil escudos, e corresponde à soma de duas quotas iguais de cem mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

Quarto — A cessão e divisão de quotas é livremente permitida entre os sócios; — a estranhos fica dependente de prévio consentimento da sociedade, à qual é reservado o direito de preferência em primeiro lugar e a cada um dos sócios, em segundo.

Quinto — 1. A gerência da sociedade, dispensada de caução, será exercida por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

2. Qualquer dos gerentes poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência, por meio de procuração, em quem entender.

3. Para obrigar validamente a sociedade é necessária a intervenção de ambos os sócios ou seus procuradores, podendo, no entanto, os actos de mero expediente, ser assinados por qualquer deles.

4. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em todos os contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

Sexto — As Assembleias Gerais serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios, com a antecedência de oito dias, pelo menos, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme. Secretária Notarial de Loulé, 26 de Abril de 1976.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

Ribeira de Algre — LOULÉ



AGRADECIMENTO



ANTÓNIO MARTINS BEXIGA

Sua família, a fim de evitar qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas vem por este meio tornar público o seu mais penhorado agradecimento a todas as pessoas que se dignaram acompanhar o saudoso extinto à sua última morada.

VENDE-SE

Betoneira, com capacidade de 350 l. Motor eléctrico e guincho Beta. 500 kg. com cavalette.

Nesta redacção se informa.

VENDE-SE

Motor e caixa velocidades Indenor «Diesel» próprio para Peugeot, em estado novo.

Mostra e trata: Auto Mecânica do Bairro — LOULÉ.

É FÁCIL SONHAR SALVAR A JUVENTUDE - JÁ!

Num dos últimos números deste jornal podia ler-se que se estranhava que falassem sobre música pessoas sem curso completo desta ciência e arte, ao justificarem os seus desejos de que durante a época alta de Turismo na Província aparecessem espectáculos de música culta, como aliás já se realizam há 14 anos consecutivos na Costa do Sol, por iniciativa da sua Junta de Turismo.

Tal afirmação faz-nos lembrar a intervenção do nosso comprouviano Eng.º Manuel Aboim Ascensão de Sande Lemos, do Conselho Superior da Cruz Ver-

Pelo Dr.
ANTÓNIO DE SOUSA PONTES

melha Portuguesa, conseguindo que esta entidade de beneficência adquirisse por 300 contos o edifício do Teatro Lethes, de Faro, para os serviços de Beneficência da referida instituição. Mas, ao mesmo tempo conseguindo que dos estatutos da Delegação de Faro da Cruz Vermelha constasse a finalidade de instituição de beneficência e de cultura, com o fim de administrar o Teatro Lethes e também nele instalar, graciosamente, o Conservatório Regional do Algarve.

Deve-se à iniciativa do Eng.º Sande Lemos a salvação do camoteiro do edifício do Lethes, assim como a aprovação das obras de restauro do teatro e do edifício anexo, para o que também demos a nossa colaboração, como vogal da Direcção da Delegação de Faro da Cruz Vermelha Portuguesa, durante alguns anos. Algum trabalho nos deu a promoção da execução das plantas e sua aprovação no Secretariado Nacional de Informação.

Assim como a obtenção do subsídio de 1.200 contos por parte desta entidade para as obras de que veio a beneficiar o Conservatório Regional! É natural que, como tantos outros algarvios residentes em Lisboa, quando passamos as férias no Algarve, gostemos de ouvir música culta na nossa própria Província, para além da música folclórica, copiada pelas pessoas habilitadas de certos bailados vistos e ouvidos noutros lugares.

E como temos ouvido centenas de espectáculos musicais na nossa já longa vida e lido as respectivas apreciações, e sabemos como é que os compositores vestem de roupagens sonoras as simples melodias do povo, e como daquelas composições se passa para as melodias ingénuas, é natural que falemos na forma como a Comissão Regional de Turismo do Algarve poderia organizar alguns espectáculos de música culta.

Por outro lado fomos daqueles que promoveram a série de conferências na Casa do Algarve, em Lisboa, em 1961, que três anos depois foram publicadas sob o título de Conservatório Regional do Algarve e dessa acção e de outras convergentes, saiu a Escola de Música do Algarve que está refazendo a cultura musical que já houve na Província, quando em 1916 apareceu a Orquestra Sinfónica em Faro, infelizmente por pouco tempo.

Não podemos porém concordar com a afirmação feita no artigo *Sonhar é fácil*, da senhora D. Maria Campina, de que é preciso aguardar a mentalização e a educação progressiva da população algarvia, feita pelo Conservatório Regional do Algarve, para que a Comissão Regional de Turismo do Algarve possa levar a efeito o concurso para a obtenção de uma peça sinfónica sobre música popular algarvia, assim como a exibição de concertos sinfónicos durante a época alta de Turismo na Província. Pensar assim é não ter em

consideração a distração espiritual da população turística, portuguesa e estrangeira, que ocorre no verão ao Algarve e que se não contenta com a ingenuidade da música popular algarvia.

Aliás, acabamos de ler num jornal da Província que o senhor Subsecretário de Estado do Turismo, numa reunião recente havida em Faro, dera conta que «a Comissão Regional de Turismo do Algarve e o Rocal Clube de Silves, iriam apresentar um programa de animação cultural que constituiria uma experiência a vários títulos bastante válida».

Por outro lado, como é do conhecimento público a Junta de Turismo da Costa do Sol, começou já no dia 4 de Abril e prolongará até Novembro uma série de 12 concertos populares, no edifício do Casino antigo do Estoril, e ao qual dão concurso artistas portugueses de piano, de instrumentos de arco, de canto, solistas de instrumentos de sopro, além do grupo coral da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, da orquestra Sinfónica Juvenil e da Orquestra Gulbenkian. Em Agosto e Setembro daria mais concertos as duas outras orquestras sinfónicas existentes em Lisboa.

Quanto ao *Sonhar é fácil*, estamos em boa companhia, pois o Conservatório Regional do Algarve demorou 37 anos a criar-se, visto que foi em 1935 que pela primeira vez o maestro Pavia de Magalhães e o dr. José Guerreiro Murta transmitiram ao Governo da Nação o pedido oficial para a sua criação...

Lisboa, 19-4-76.

António de Sousa Pontes

O estado caótico em que se encontra o sistema educativo português, que não soube aproveitar devidamente as condições de liberdade, pluralismo e franqueza criadas pelo 25 de Abril, tem as mais diversas causas, mas quando se procura situar a questão e adiantar soluções, raramente existe a coragem de ir ao fundo, eliminando do estudo sério do problema as propostas ambíguas, as culpas dos outros, a verborreia falsamente solucionadora, tantas e tantas formas de atirar poeira aos olhos do povo.

A primeira condição para remediar o mal é fazer o diagnóstico. E o diagnóstico, como todos devem saber, não se limita ao doente, nem aos seus males físicos: há que saber donde provém, com quem vive, como vive e saber igualmente que os males do corpo são muitas vezes os reflexos dos males do espírito.

Passando do exemplo simbólico aos factos concretos, importa ter consciência de que, bem antes do 25 de Abril, o ambiente familiar e escolar se encontrava deteriorado. A casa era sobretudo uma procura de conforto material, em que o desinteresse pelos filhos, a lassitude moral, as fórmulas materialistas de facilidade,

todas as atitudes, enfim, que encobriam uma fundamental falta de amor; a escola era o terreno em que se tratava uma falsa e bombástica «batalha de educação», que havia retirado das aulas o sentido dos grandes valores nacionais e da nossa cultura, um local em que as acções formativas eram substituídas pelas informativas, em que mestres e especialistas, presos de febril tecnocracia e ambições «europeias», acabavam por se dedicar mais à instrução do que à educação; as condições de vida das classes trabalhadoras oscilavam entre um aburguesamento materialista e uma generalizada miséria; as grandes cidades acentuavam o desgaste moral e convidavam à marginalidade e à violência; e a ordem e a disciplina, de facto existentes, era sobretudo uma ordem repressiva, de falsa liberalização, sem um fomento cultural e educativo capaz de criar o encontro geral de responsabilidades que a vida em liberdade nos exige.

Tudo isto se verificava antes do 25 de Abril e tudo isto minava a saúde do processo educativo. Mas os cravos primaveris, em vez de trazerem uma autêntica liberdade criadora, isto é, consciente das reais condições do país, acabou por

acentuar o pluralismo, marcou divisões profundas, instaurou a permissividade e o desleixo, instigou a reivindicação cega, aceitou a promoção da medocridade, pouco fez afinal, para uma efectiva promoção das condições gerais de vida do país, incluindo a educação e a cultura.

Hoje, quando se assiste ao caos das escolas, ao vazio da família, às doenças morais e materiais do corpo social, verifica-se que não houve o cuidado de estudar a fundo as suas causas, único caminho para um tratamento eficaz. Era necessário — e bastantes avisos se fizeram — que os responsáveis soubessem, como lembrava Stuart Hill, que «os erros pedagógicos de uma geração são os erros políticos da geração seguinte».

Hoje, os jovens começam a despertar para o conhecimento para a consciência, pluralismo político em liberdade. Há que levar-lhes um verdadeiro processo educativo renovador no plano espiritual e social, que não se limite a «deixar fazer» e sobretudo, que não ensine o ódio e a intolerância, que não procure apenas a repressão. Reprimir é um primeiro passo, mas sempre negativo a longo prazo, se não se tomarem as medidas estruturais que se exigem para salvar a nossa juventude, já!

DESPORTOS

CICLISMO

O ciclismo em Loulé é um desporto com longas tradições. Tem tido altos e baixos, conforme as circunstâncias, mas nunca deixou de dar um ar da sua graça. Apesar de todas as dificuldades, os actuais dirigentes do Louletano Desportos Clube pretendem não deixar morrer o ciclismo em Loulé. E porque assim é, fala-se que a Pista Bexiga Peres irá ser beneficiada, com o apoio da Federação de Ciclismo, que também subsidiará, segundo se diz, as despesas dos iniciados na prática daquela modalidade desportiva. Estes jovens necessitam, com efeito, de um apoio eficaz. E a Federação não poderá ignorar os sacrifícios que os clubes como o Louletano fazem para manter em actividade as suas secções de ciclismo. Os «carolas» não podem fazer tudo: as entidades oficiais têm de ajudar.

FUTEBOL

O Louletano Desportos Clube tem tido meritória presença na regional de futebol da 1.ª divisão, cuja classificação comandou durante várias jornadas. Porém, duas derrotas infelizes fizeram com que a equipa louletana perdesse o 1.º lugar, que neste momento pertence ao Silves, estando o Louletano apenas com 1 ponto de atraso. No entanto, se os rapazes de Loulé não perderem a «genica» inicial, estamos crentes em que a equipa conseguirá levar de vencida o campeonato e ascender, como se deseja, à 3.ª divisão nacional, onde já participou há muitíssimos anos.

Menos feliz tem sido a presença do Campinense — outra equipa de Loulé — neste torneio. Esta equipa já não tem possibilidades de se guindar ao 1.º lugar da classificação. Como na luta da vida, perder e ganhar tudo é Desporto...

ATLETISMO

Atleta louletano estabeleceu record algarvio

Contrariamente ao que se verifica nas Associações da província, tem vindo a Associação de Atletismo de Lisboa a organizar, desde o início da época e todos os fins de semana, provas com o objectivo de proporcionar a «rodagem» necessária aos atletas da capital.

Também os atletas algarvios, que incompreensivelmente ainda não podem beneficiar de uma pista na sua província, fizeram a sua rodagem, deslocando-se ao tartan do Estádio Nacional para aproveitarem a oportunidade que a A. A. L. lhes deu de competir naquelas provas.

É assim que, temos vindo a observar de perto as participações algarvias em confronto com os atletas de Lisboa.

Recentemente, nos passados dias 27 e 28 de Março, o Atletismo algarvio ganhou três novos records. João Campos, do Liceu de Faro, participando nos 500 e nos 1000 metros, obteve respectivamente as marcas de 1.07,8 m e 2.28,9 m, que constituem novos records da A. A. Faro. Também o nosso conterrâneo Lélío Amado, em representação do Louletano, obteve a marca de 38,8 segundos na prova de 300 m, que constitui igualmente novo máximo algarvio.

Este atleta, que iniciou recentemente os seus estudos em Lisboa, embora não possa dispor do tempo necessário para treinar, não deixou de praticar, nos fins de semana, a sua modalidade preferida, e, melhorando semana a semana, teve agora como que uma recompensa pela sua dedicação ao Atletismo.

Realizou-se no fim de semana de 10 e 11 de Abril, na mini-pista do Liceu de Faro, o torneio de abertura da pista da A. A. F.

A fraca participação dos atletas e as más condições para a prática da modalidade caracterizaram esta abertura de época de verão. Inicialmente marcado para o Estádio Campina, em Loulé, teve este torneio que se realizou nas paupérrimas instalações do Liceu de Faro, devido à superlotação do campo de jogos da nossa terra.

Ficámos com a impressão de que a ausência de alguns dos melhores especialistas algarvios se ficou a dever, em parte, as condições em que as provas se realizaram; esperamos que se adopte uma melhor solução quando se realizarem os campeonatos regionais, que, a se efectuarem naquela pista, ficarão muito mais prejudicados no que diz respeito a resultados técnicos e, até certo ponto, a condições de segurança.

Os resultados foram os seguintes:

100 jardas:
JUVENIS — 1.º, Luís Matias, E. S. V. Real Sto. António, 10,9 s; 2.º, Jorge Santos — Loulé, 11,3 s; 3.º, António Contessa — E. S. V. Real Sto. António — 12,5 s.
JUNIORES — 1.º, Lélío Amado — Loulé — 11,4 s; 2.º, Luís Horta — L. Faro — 12,2 s.
SENIORES — 1.º, Carlos Calado — Silves — 10,4 s; 2.º, Ludgero Coelho — Loulé — 11,2 s; 3.º, Leonardo Pinguinha — Loulé — 11,5 s.

1000 metros:
JUNIORES — 1.º, Gualdino Viegas — L. Faro — 2.53,5 2.º, Lélío Amado — Loulé — 3.04,7; 3.º, João Santos — Ac. S. Francisco — 3.13,4.

Comprimento:
SENIORES — 1.º, Artur Lara — L. Faro — 6,10; 2.º, José Bota — Loulé — 5,48; 3.º, Sérgio Sousa — Loulé — 5,26.

AFINAL NÃO ÉRAMOS EXPLORADORES!

O presidente Samora Machel, de Moçambique, o tal E x c e l e n t í s s i m o Kamarada, num dos seus habituais discursos falou de economia. Uma das novidades que apresentou foi o reconhecimento de que a situação económica de lá é desastrosa. Só no que toca à produção agrícola (um dos sectores mais florescentes no tempo do domínio português), baixou em 1975 cerca de 75% em relação a 1974. E o Presidente Machel lamentou o facto perguntando de dedo em riste: — Não será uma vergonha para o povo de Moçambique tanta calaceirice?

E ajuntou: — Parece que o Povo de Moçambique quer dar razão aos colonialistas que diziam ser a gente africana indolente.

Afinal, por isto que se lê, os brancos também trabalhavam em Moçambique e que a saída dos portugueses se fez sentir dolorosamente.

Bem nos parecia que os portugueses não exploravam o preto!

V. EX.ª DEVE

confiar a execução dos seus trabalhos tipográficos à Gráfica Louletana, se deseja aliar à perfeição a economia.

VITÓRIA O ENSINO ESTÁ NO CAOS

(continuação da pág. 1)

económica que, afinal, para todos é legítimo desejar.

Por isso podemos dizer que as eleições de 1976 simbolizaram os anseios de liberdade e de melhoria de nível de vida de um povo que já está farto de política barata e anseia viver em paz a caminho de uma vida melhor e... em plena liberdade.

O civismo de que, praticamente, todos deram provas e a elevada percentagem de votantes, testemunham o interesse de todos os portugueses pelos problemas do seu País.

A vitória indiscutível (e aliás necessária) do P.S. é prova clara e indelével que os portugueses confiam nos dirigentes dum Partido que, ao longo de 2 anos, se bateu corajosa e intransigentemente para evitar que Portugal se afundasse de novo numa feroz ditadura que mergulharia o povo português no mais sectário e feroz obscurantismo.

Porque a grande e indelével verdade é que tudo o que aconteceu ao longo destes 2 anos nada é, comparado com a tristeza imensa e revoltante dos riscos que já corremos de sermos escravos no nosso próprio país.

E nem sequer é preciso ser-se profeta para imaginarmos o que já nos teria acontecido se não fora o 25 de Novembro ter travado uma escalada tão manhosa e urdida que, concordamos, seria extremamente difícil fazer mais perfeita.

A máquina foi tão magistralmente montada que levará anos a desmontar e deixou cicatrizes tão profundas que será extremamente difícil apagar.

Se outros exemplos não fossem conhecidos, bastava-nos já o que aconteceu com a tão apregoada «libertação» de Angola, que ficou entregue a um partido único (sistema ferozmente atacado quando tinha o nome de ANP) comandado pelos russos e cubanos que transformaram Angola num satélite da União Soviética, que desta forma está escravizando um povo que nada tem de comum com as suas tradições.

Felizes os que têm o apoio dos grandes porque deles será o reino da Terra

Uma comissão de inquérito revelou uma lista detalhada da ajuda militar soviética, prestada ao MPLA até Janeiro deste ano. Assim, entre outros materiais, teriam sido fornecidos: 12 000 mísseis para «órgãos Stalin», 780 morteiros de diversos calibres, 1 830 000 granadas, 290 canhões antitanque, 2000 pistolas «Toltarev», 20 000 espingardas «AKA», 100 camiões equipados com «órgão Stalin» (1 «órgão Stalin» dispara em 15 segundos 40 foguetes de 122 mm com alcance de 20 km), 170 camiões blindados para transporte de tropas, 32 carros de assalto ligeiros, 70 tanques anfíbios modelo soviético «PT-76», 60 tanques soviéticos «T-34», 40 tanques soviéticos «T-54», 3 navios para transporte de tropas (2 cubanos e 1 alemão oriental), 12 aviões «Mig-21» (tripulação alemã oriental), 12 aviões Mig-21 (em montagem em Luanda), 18 aviões «Mig-17», 20 helicópteros e 1 estação completa de radar.

Jornal Novo, 25

Seria esta a sorte que nos esperava se não fora a indelével coragem dum povo que disse NÃO na hora exacta e apoiou os chefes que correram os riscos dos grandes momentos históricos de uma Nação prestes a naufragar.

E quem quiser recordar-se do caso «República», Rádio Renascença e outros mais, terá que prestar as suas homenagens a Mário Soares porque se colocou à frente de um partido que recusou frontalmente obediência a interesses estrangeiros, recusando corajosamente alinhar a torpeza de processos que fez Portugal conhecer os dias mais negros da sua longa história.

Pelo que conseguiu fazer de bem por este pobre país, o P.S. merece as homenagens de todos os portugueses conscientes.

(continuação da pág. 1)

bons métodos de ensino e até (imaginem-se!) bons alunos.

Depois surgiram desilusões, após desilusões, greves de ensino a que temos assistido em quase 2 anos.

As escolas quase não funcionam, os professores quase não ensinam, os alunos não estudam (mas querem passar).

E chegamos à revoltante conclusão de ver uma criança na 4.ª classe, confundir 3x3 com 3+3. Os alunos não têm respeito pelos professores, e estes, com medo de serem soneados (por lhes faltar o apoio do MEIC) fecham os olhos às mais incríveis situações de humilhação.

Quando aos «meninos» não apetece fazer «pontões» fazem-se ameaças de que vai rebentar a bomba e quando há ponto é quem mais pode copiar.

Não vale a pena estudar, mas é preciso «passar».

Quase não é necessário levar livros para a aula.

É feio ser-se bom aluno e até há quem se dê ao luxo de proclamar a sua estupidez num autêntico delírio de «endeusamento da ignorância».

São estes os tais «progressistas» comandados bem se sabe por quem e com que objectivos.

E, para cúmulo, consideram-se «progressistas» aqueles que pretendem o regresso à idade da pedra, para que todos mergulhemos num obscurantismo ainda mais torpe do que era aquele agora conhecido por fascista.

O exame da 4.ª classe de 1933 quase equivale ou é preciso o 5.º ano para se dar a matéria desse tempo. Será que as crianças de 1933 eram mais inteligentes? Creio que não. Ou não será que

Cada virtude apenas requer um homem. Só a amizade requer dois.

Popular

alguém tem conveniência em que o povo português seja ainda mais atrasado?

Como pai, custa-me ver um filho na 4.ª classe a estudar matemática que eu aprendia na 1.ª classe.

Com este andar, como serão os homens de amanhã?

O que poderão eles ensinar a gerações vindouras?

Meu pobre Portugal!

VITOR HUGO

PRETENDE PLANTAR OLIVEIRAS?

Tenho p/ venda, de sequeiro e enxertadas prontas a dar fruto.

Informa esta redacção ou Telef. 62832 — LOULÉ.

100 ANOS 1876 / 1976



Um símbolo sólido na segurança da sua conta

Nada impede que esta seja a sua caderneta da Caixa Geral de Depósitos. Há a guardá-la, e ao seu dinheiro também, um símbolo bem forte e seguro - o símbolo da Caixa Geral de Depósitos. Neste ano de 1976, a Caixa celebra os seus 100 anos. Sempre

sólida. Sempre segura. Uma segurança feita certeza. Certeza de que V. pode sempre contar com a Caixa Geral de Depósitos. Caixa Geral de Depósitos...

100 anos - um desejo de servir, uma intenção de progresso.



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Móveis em todos os estilos a preços acessíveis - só na

CASA SIMÃO

(A MOBILADORA)

António Simão Viegas, Ltd.ª

Telef. 62110

LOULÉ

FLUMEN I - 008/76

O direito de propriedade e o Estado

(continuação da pág. 1)

só em uso anti-social da propriedade é que impõe a necessidade de um eventual reajustamento que a reponha no quadro da justiça.

Quer dizer, a única coisa que é precisa é que o uso seja conforme ao bem comum. Caso o não seja, então o Estado poderá legitimamente intervir para impor um uso que respeite a finalidade comum dos bens em mãos dos particulares. Esta doutrina é de S. Tomás de Aquino, cuja posição, retomada pelos últimos Papas, é clara: o Estado deve assegurar, por uma legislação adequada, «o uso mais racional possível dos bens em prol do bem comum, a que ele, mais que todos, tem a missão de servir» (*). Efectivamente, o Papa Leão XIII, após recordar que os poderes públicos não podem abolir a propriedade privada, observa porém que podem «regular-lhe o uso e conciliá-lo com o bem comum» (**). Isto todavia supõe e exige estar em causa um generalizado mau uso da propriedade o qual vicia as próprias instituições e engendrou porventura um fenómeno de espoliação em grande escala. Em tais circunstâncias, é indubitável que o Estado tem o direito e até mesmo o dever de intervir para regular, segundo as conveniências do bem comum, o uso que os proprietários fazem de seus bens, por o exigir, neste caso, a função social da propriedade. É o mesmo Leão XIII que, noutro passo, afirma:

«A propriedade particular... é coisa não só permitida, sobretudo a quem vive em sociedade, mas ainda absolutamente necessária. Agora, se se pergunta em que é necessário fazer consistir o uso dos bens, a Igreja respon-

derá sem hesitação: a esse respeito o homem não deve ter as coisas exteriores por particulares, mas sim por comuns...» (*).

Pio XI retoma, explicitando-o ainda mais, o ensino de Leão XIII. Numa passagem decisiva da Encíclica *Quadragesimo Anno*, após ter explicado, para evitar certos abusos de interpretação, que os deveres sociais que incumbem à sociedade não destroem o direito pessoal, acrescenta: «Prestam, portanto, grande serviço à boa causa e são dignos de todo o elogio os que, salva a concórdia dos ânimos e a integridade da doutrina tradicional da Igreja, se empenham em definir a natureza íntima destas obrigações e os limites com que as necessidades do convívio social circunscrevem tanto o direito de propriedade, como o uso ou exercício do domínio» (*).

Temos então que este conjunto de princípios nos leva a estender, concretamente, quando o bem da comunidade o exige e só ele, o direito de intervenção do Estado até reconhecer-lhe, por exemplo, o poder de expropriação, como também o de nacionalização de empresas. Veremos, porém, logo a seguir, as circunstâncias que podem legitimar tanto uma como outra, bem como as condições e regras que as circunscrevem e justificam, dado que «a autoridade pública não tem direito de se desempenhar arbitrariamente desta função» (*), exactamente porque «cumpre sublinhar — dirá Charbonneau mais adiante — deve-se evitar sempre a tentação do es-

tatismo». E este iria fatalmente esmagar a liberdade da pessoa humana, a qual deve ser a maior possível, uma vez definidos os limites impostos pelo bem comum (*). «Dentro destes limites, o Estado nunca deve intervir para comprimir a pessoa. Seria encaminhar-se ao totalitarismo (que o 25 Abril, entre nós, repudiou e muito bem) que, sob qualquer de suas formas, é incompatível com a consciência cristã, para a qual a liberdade é um imperativo» (**). Por isso, Pio XII condena «todas aquelas teorias que, diversas entre si e derivadas de ideologias contraditórias (é disso exemplo o socialismo marxista), concordam, no entanto, em considerar o Estado... como uma entidade absoluta e suprema, acima de todo o controle e de toda a crítica...» (**). Isto, porém, não o é o Estado, nem o pode legitimamente ser jamais.

ANALIDE GUERREIRO

(*) Cfr. Calvez-Perrin, *Igreja e Sociedade económica*, p. 485.

(*) Cfr. C. Spicq, «La justice», em *Somme de la revue des jeunes*, Paris, Desclée, 1947, t. II, p. 365.

(*) *Rerum Novarum*, n.º 67.

(*) *Id.*, n.º 36.

(*) *Quadragesimo Anno*, n.º 48.

(*) *Id.*, n.º 49.

(*) Cfr. Paul - Eugène Charbonneau, *Cristianismo, Sociedade e Revolução*, Ed. Herder, S. Paulo, 1965, p. 377-379.

(*) Charbonneau, op. cit., p. 390.

Os alemães continuam a interessar-se pelo Algarve

(continuação da pág. 1)

em Faro na Junta de Província do Algarve e durante a qual alemães e portugueses trocaram impressões acerca das grandes possibilidades que o Algarve tem de atrair turistas da Alemanha Ocidental, cujo nível de vida lhes permite facilmente gozar as suas férias no estrangeiro — com especial preferência pelos países cuja estabilidade política lhes garante um mínimo essencial de segurança e tranquilidade.

Os alemães que vieram agora ao nosso país quiseram ver, com os seus próprios olhos, o clima de paz que aqui se respira (especialmente no Algarve) para poderem transmitir as suas impressões aos seus compatriotas e aconselhar-lhes uma preferência pela nossa bela província, baseados em informações sérias e seguras e na certeza de que a melhor propaganda é a que o turista faz espontaneamente.

Ao contrário do que acontece com os fomentadores da guerra, estes nossos hóspedes alemães não vieram falar de paz, nem em nome da paz, nem fazer contratos de paz. Vieram simplesmente fazer um tratado de turismo,

porque é este, realmente, o grande veículo da paz, concórdia e bom entendimento entre os povos.

Foi dito que o governo alemão não pode dar ordens aos turistas para visitarem este ou aquele país: limita-se a fomentar o intercâmbio entre todos os países porque as fronteiras estão abertas livremente e sem restrições. Vive-se em autêntica democracia.

Por isso ao governo português deve interessar especialmente dar do nosso país uma imagem acolhedora de segurança e tranquilidade propícias a quem deseje preferir o nosso país para as suas férias — contribuindo para o desenvolvimento económico de Portugal, através da entrada de divisas estrangeiras.

O sr. eng. Luís Moura não se esqueceu de pôr em destaque a extraordinária capacidade demolidora dos homens que conseguiram, tenazmente, travar, durante 2 anos, tantos projectos de desenvolvimento do Algarve, muitos dos quais estavam prestes a arrancar e com as verbas necessárias prontas a dinamizar iniciativas urgentes.

Foi uma «obra» realmente extraordinária e muito bem coordenada para alcançar os objectivos visados.

Contudo, ao Eng.º Moura e aos algarvios em geral, resta agora a esperança de que o país entre finalmente no bom caminho do progresso e da concórdia Nacional, única forma de se salvar Portugal da flagrante debilidade económica em que se encontra mergulhado.

O nosso representante na Alemanha Ocidental disse ainda que só se dará por satisfeito no ano em que conseguir trazer ao nosso país 500 000 alemães da República Federal.

Durante a sua permanência no Algarve, os nossos visitantes percorreram os principais locais de mais interesse turístico.

UM PEDIDO AOS NOSSOS CONTERRÂNEOS

Como já notámos alguns resultados frutuozos devido à publicação dos nomes de pessoas que já foram assinantes e que, por motivos vários, deixaram em atraso o pagamento da sua assinatura, vamos publicar hoje mais uma lista, pedindo desculpa de alguma falta que possa ser notada por assinantes que simplesmente tenham mudado de residência e que tenham pago pontualmente a sua assinatura.

Por este motivo chamamos a atenção dos familiares dos Ex.mos Senhores:

José Estêvão Rafael, Francisco da Silva Ribeiro, Agostinho Henriques Martins, Ilídio Casimiro Correia, Daniel José Silva Cabrita, José Carlos Ramos Pereira, Mário Teófilo Jorge, Diamantino Mendes Farias, José Assunção Rodrigues, Francisco Coelho da Silva, Martinho Jorge, Aníbal F. Guerreiro, D. Vitória de Sousa Madeira, Manuel Renda Dias, Sebastião Guerreiro Brites, Rufino Gonçalves Dourado, D. Marieta Carneirinho dos Reis, D. Mariana G. Mealha dos Santos, D. Maria

de Sousa Vicente Viegas; Manuel Afonso Gonçalves; Manuel Baguinho da Ponte; José Valente Iria; José Mendes Pinguinha; José Martins Ferreira; José Guerreiro Martins; José Gregório Jacinto; Manuel Joaquim Rosa; José António Jacinto; Jorge de Sousa; Joaquim Mendes dos Cabeços; Joaquim Gomes da Silva; Joaquim Dionísio Madeira; Emílio Gonçalves Dourado; Daniel de Sousa Semão; Custódio Rodrigues Longuinho; Custódia Estêvão de Guerreiro, Clube Português; Artur Mendonça Coelho; António da Costa; Albertino Coelho Rocha e Manuel Brito Teixeira; todos residentes na Argentina.

Estêvão Coelho, Rodésia e Manuel Ventura Martins, Alemanha Ocidental.

— Não poderás ajudar aos homens de maneira permanente, se fizeres por eles aquilo que podem e devem fazer por si próprios».

«Voz de Loulé», n.º 584/4-5-1976

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE LOULÉ

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

Pelo Juízo de Direito da comarca de Loulé, nos autos de acção ordinária, de divórcio litigioso, com pedido de assistência judiciária n.º 20/76 que correm termos pela 1.ª secção, em que é Autora Ana de Assunção Tomás, doméstica, residente no sítio do Vale das Rãs, freguesia de S. Clemente concelho de Loulé e Réu ALVARO PEREIRA MATIAS, marido da Autora, ausente em parte incerta e com a última residência no aludido sítio do Vale das Rãs, é este Réu citado para contestar, querendo, apresentando a sua defesa, que poderá englobar o pedido da assistência judiciária, no prazo de 20 dias, que começa a correr depois de finda a dilação de 30 dias, contada da data da 2.ª e última publicação deste anúncio, consistindo o pedido em a acção ser julgada procedente e provada e, consequentemente ser decretado o divórcio entre A. e R., com fundamento no abandono definitivo do domicílio conjugal há cerca de 13 anos, por parte do Réu e o pedido de assistência na dispensa total de reparos e do prévio pagamento das custas por parte da Autora.

Loulé, 1 de Abril de 1976.

O Juiz de Direito, 1.º subst.º,
a) Miguel Teixeira Ribeiro

O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Semedo

CAFÉ ARIEIRO
TRESPASSA-SE

Tratar com o proprietário: António Domingos Cavaco.

Rua da Carreira — Telefone 62299 — LOULÉ.

MENDES & SOUSA, LDA. CONVOCATÓRIA

Convocam-se os sócios da Firma MENDES & SOUSA, LTD.ª, para uma ASSEMBLEIA, a realizar no dia 15 de MAIO de 1976 pelas 11 horas, nos termos do artigo 9.º do pacto social, na Sede da empresa, sita na Avenida Infante de Sagres, QUARTEIRA, com a seguinte ordem de trabalhos:

Propor à ASSEMBLEIA a nomeação dum gerente, em substituição do sócio e gerente, PEDRO JOSÉ GUERREIRO DE SOUSA, uma vez que este sócio, PEDRO JOSÉ GUERREIRO DE SOUSA, se ausentou para parte incerta sem dele haver conhecimento, desde 21 de FEVEREIRO p.p. e sem deixarr quem o represente e, deliberar sobre as providências a tomar.

Não existindo «quorum», desde já se convoca a ASSEMBLEIA GERAL para o dia 29 de MAIO de 1976, para que se efectue com qualquer «quorum».

Quarteira, 24 de Abril de 1976.

O Sócio Gerente:
MÁRIO DA SILVA MENDES



ARMELINO CONTREIRAS

STAND DE AUTOMÓVEIS
Compra, Vende e Troca Automóveis
novos e usados

Telef. 62919
Stand: Rua Diogo Lobo Pereira
Resid.: Rua dos Combatentes da
G. Guerra, N.º 14-1.º Esq.º

(Largo do Chafariz)
Campina de Cima

LOULÉ

Tanta gente sem ter nada que fazer com tantos problemas por resolver!

Com relativa assiduidade se lê nos jornais que há neste pequeno país cerca de 200 000 desempregados e 300 000 retornados do ex-U-tramar.

E causa pena saber que, havendo tanta gente desocupada, havendo tanto por fazer.

Milhares de pessoas a receberem subsídios de desemprego sem nada fazerem, sem nada produzirem e a perderem o sadio hábito de trabalhar, adquirindo vícios que dificilmente perderão.

Em vez de se criarem postos de trabalho e, através deles, fomentar riqueza e bem estar para todos, dão-se simplesmente subsídios de desemprego. Gasta-se

o pouco dinheiro de um país cada vez mais pobre e não se estimulam essas pessoas a fazerem algo de útil a si e à sociedade.

Não nos constou ainda que já se tivesse feito um estudo da possibilidade de ocupar essas pessoas — nem que fossem os mais cultos a ensinar aos analfabetos e nem os menos cultos a elevar o seu nível de instrução.

Nem ao menos se criam cursos onde essas pessoas pudessem aperfeiçoar-se na sua profissão ou aprender outra que mais gostassem.

Parece que mais nada se tem

feito a nível oficial de que pagar (com dificuldade) as contas nos hotéis e os subsídios aos desempregados, o que muito está contribuindo para arruinar cada vez mais este país.

Apesar de já termos o Governo — mais numeroso do Mundo — parece que isso ainda não basta para dinamizar a vida deste país... criando postos de trabalho.

... E ainda por cima a iniciativa privada está de tal maneira manietada que não pode fazer nada.

Quem se atreve agora a montar uma indústria pensando em que terá de admitir empregados que depois o saneiam?

Quem terá coragem de criar agora novos postos de trabalho para depois enfrentar problemas insolvíveis com empregados que, sem olharem às possibilidades económicas da empresa se limitam a exigir mais e mais altos salários e menos horas de trabalho?

Quem há por aí que tenha vontade de trabalhar mais e melhor para fomentar riqueza e criar prosperidades que depois é cobrada por aqueles que nunca fizeram nada?

Se os maus nada fazem porque não gostam de trabalhar e os bons quase nada podem fazer porque as suas liberdades estão condicionadas pelo ambiente político, que vai ser deste País?

L. F.

A DROGA (TAMBÉM) É LIVRE NAS ESCOLAS DE LOULÉ?

Um alerta que é preciso escutar

Este apontamento não pretende polemizar nem lançar suspeitas sobre quem quer que seja. Pelo contrário, a nossa intenção é apenas esta: lançar um alerta para o que se passa, ou poderá vir a passar-se, nas escolas de Loulé, alerta essa que desejamos seja atendido pelos pais dos alunos e pelos responsáveis dos estabelecimentos de ensino.

A pergunta que temos para fazer é esta: a droga é livre nas escolas de Loulé? Há alunos que estão já a ensaiar os primeiros passos na macabra dança da loucura e da morte chamada droga? Como resposta, ouvimos há dias este diálogo entre duas raparigas (estudantes) sentadas à mesa de um café de Loulé:

— «Isso não é novidade para mim, pois em sei que eles se drogaram...»

— «Também os meus colegas (alguns) do Liceu aqui de Loulé se drogaram. Até se sabe quem vende a droga, que parece que é cultivada no quintal de um reformado que mora em Quarteira».

Mais palavra, menos palavra, garantimos a veracidade do diálogo entre as duas jovens, que desconhecemos se são louletanas.

Como é do conhecimento geral, as escolas (as do ensino secundário, sobretudo) de todo o País, particularmente nos centros de maior densidade populacional, têm sido ultimamente «inundados» de droga, pois há quem esteja interessado em corromper a nossa juventude, com finalidades mais que evidentes e que só no futuro terão os seus maléficos reflexos. E quem está interessado em destruir a juventude portuguesa, os filhos de cada um de nós, «trabalha» certamente para fazer deste país um campo de ruína moral, para depois atirar as culpas para cima da democracia e da liberdade, que têm as «costas largas», capazes de suportar todos os crimes que em seu nome se cometem. Os reaccionários sabem is-

so bem, e não perdem oportunidade.

O alerta aqui fica. Que os pais dos alunos (e estes mesmos) tomem as suas responsabilidades. Que os responsáveis pelas escolas de Loulé — comissões de gestão e professores — não engistem as acções que lhes competem. As escolas devem ser centros de instrução, lugares de cultura, de aprendizagem cívica, de liberdade consciente, e nunca lugares de corrupção, de libertinagem e de inconsciência juvenil.

Uma sociedade livre e democrática terá de ser alicerçada numa juventude sã, capaz de se interessar pelas grandes obras colectivas, que tão necessárias são neste país. Não é imitando os jovens decadentes de Nova Iorque ou de Londres que os estudantes louletanos poderão colaborar na construção de uma sociedade mais justa e digna.

Quem vai denunciar os vendedores da droga?

UM ESTUDANTE CONTRA A DROGA

COMISSÃO INSTALADORA DE SANEAMENTO BÁSICO

Na sequência das reuniões de trabalho realizadas no passado mês de Fevereiro, esteve, de novo no Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, o secretário de Estado dos Recursos Hídricos e Saneamento Básico, tenente-coronel Morais Barroco.

Esta visita possibilitou um estudo mais aprofundado do problema do saneamento básico nesta região e da criação de um órgão responsável por aquele sector. Durante a reunião de trabalho realizada com técnicos do GaPA, foi estudada a forma de colaboração entre este organismo e a futura Comissão instaladora.

Mais tarde, realizou-se, no Governo Civil uma Assembleia dos Municípios que contou com a presença do chefe do distrito e, durante a qual foram analisados, novamente aqueles problemas, bem como a constituição da referida Comissão instaladora.

— Não evitarás dificuldades, se gastares mais do que ganhas.
— Não fortalecerás a dignidade e o ânimo, se subtraíres ao homem a iniciativa e a liberdade.

LINCOLN

OS 9 DEPUTADOS PELO ALGARVE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

(POR ORDEM DE ELEIÇÃO)

- 1.º — Luís Filipe Nascimento Madeira (advogado) PS
- 2.º — Pedro Amadeu de Albuquerque Santos Coelho (eng.º) PS
- 3.º — José Adriano Gago Vitorino (economista) PPD
- 4.º — António José Sanches Esteves (advogado) PS
- 5.º — José Rodrigues Vitorino (operário corticeiro) PC
- 6.º — Fernando Reis Luís (empregado Bancário) PS
- 7.º — Cristóvão Guerreiro Norte (advogado) PPD
- 8.º — Francisco António Marcos Barracosa (Comer.) PS
- 9.º — Eurico Manuel Henriques Mendes (F. Público) PS

Morreu o tenente Ferreira

Faleceu há dias no monte dos Besteiros, freguesia do Ameixial, donde era natural, o sr. Manuel Mateus Fernandes, com a idade de 88 anos, era tenente do quadro auxiliar dos Serviços de Saúde.

Foi combatente da primeira guerra mundial, em Angola e em França, onde tomou parte na batalha de La Lis.

Democrata de antes, quebrar que torcer, foi um dos acérrimos adversários políticos do antigo regime salazarista, tendo sido por esse motivo tenazmente perseguido e preso por diversas vezes e finalmente afastado do Exército e fixada residência na sua terra natal — Besteiros — donde nunca mais se afastou até morrer. Esteve preso no forte de Peniche.

Seguiram-se mais de 37 anos passados em inacreditável isolamento, pois escolheu para viver, um lugar conhecido pela Horta das Hortas, situado a cerca de 3 quilómetros do monte dos Besteiros, lugar remoto e abrupto, quase sem meios de comunicação, onde numa saliência de um apertado vale, apertado entre dois extensos morros, próximo dum ribeiro, construiu a sua casa próxima duma nascente de puríssima água e ali mesmo construiu a sua horta a que se dedicava com carinho.

Mas muito embora impiedosamente afastado do convívio dos seus semelhantes, o sr. Tenente, como era vulgarmente conhecido em toda a região, não ficou totalmente isolado do convívio dos homens — como seria certamente esse o seu desejo — tendo apenas nos primeiros tempos por companheiros de solidão os animais bravios e as aves que com os seus gorjeios tanto deliciavam a sua alma de sonhador de um mundo melhor.

Dedicando-se apenas nos primeiros tempos do seu exílio ao cultivo da sua pequena horta e à caça, para passar o seu tempo, à medida que nas redondezas ia sendo conhecida a sua estadia ali, logo foi começando a afluir a sua casa doentes de toda a freguesia e mesmo de lugares distantes, especialmente das classes mais pobres, visto serem esses que por falta de meios tinham dificuldades em se deslo-

car aos grandes centros em procura de recursos clínicos, por falta de médicos na região.

O sr. Tenente Fernandes, homem inteligente e trabalhador, alcançara no exercício da sua profissão dos Serviços de Saúde do Exército, apreciáveis conhecimentos de medicina e no



mais puro sentido humanista a todos, atendia com muito zelo e carinho, não cobrando dinheiro a ninguém pelos seus serviços, fazia-o apenas por dedicação ao próximo, não obstante daí lhe terem surgido alguns dissabores não se deu por vencido e a sua casa era dentro em pouco uma das mais visitadas daqueles sítios.

Espírito dinâmico e culto à custa do seu próprio esforço, cultivava também às vezes as musas, deixando em muitos dos seus versos não publicados mas na posse de sua família, transparecer frequentemente de forma bem vinculada as suas profundas mágoas pela maldade dos homens e o muito que lhe ia na alma:

«No meu triste tugúrio isolado,
Onde o melro canta e assobia,
Em completa misantropia
Vivo do mundo afastado».

Os anos foram decorrendo lenta e penosamente e com a sua alma sempre a sangrar em tão atribulada vida, sentindo finalmente aproximar-se o fim dos seus sofrimentos, alquebrado e desiludido deste Mundo Cão, os seus versos tornaram-se mais e mais pungentes e sempre a queixar-se da triste condição humana e da injustiça de que fora vítima, às crianças que tanto amava dedicou um dos seus últimos sonetos:

«Já no fim da vida e vencido,
Pelas perseguições, torturas e vileza,
De tudo o que há de pior na Natureza,
Digo adeus a este mundo embrutecido».

Era casado com a sr.ª D. Ana Maria e pai da sr.ª D. Isis Semiramis Fernandes, casada com o sr. Manuel Costa Fernandes, comerciante, residentes em Faro.
M. F. J.

VENDE-SE

Máquina e moinho para café em estado novo.
Preço acessível.
Nesta redacção se informa.



Restaurante

DUAS SENTINELAS

Esmerado serviço de

ALMOÇOS — JANTARES — CASAMENTOS
BAPTIZADOS

Ambiente acolhedor no pinhal da Estrada Loulé-Quarteira.

Área aprazível para recreio de adultos e diversão de crianças.

A 500 metros das Quatro Estradas
Experimente a nossa cozinha. Preços acessíveis.